

COLUNA

Malu Ochoa *

Papo de Índio

Número 4/2011

Sustentabilidade sem fronteiras

A integração regional para proteger os Povos Indígenas e Conservar a Biodiversidade na Fronteira Acre/Brasil – Ucayali/Peru

A região fronteira Acre (Brasil) e Ucayali (Peru) é uma das áreas formadas por Terras Indígenas, Unidades de Conservação, Comunidades Nativas e Terras Reservadas, onde moram populações indígenas e tradicionais. Também é considerada a região de maior população de índios isolados da Amazônia.

No Acre, as Terras Indígenas e Unidades de Conservação formam um grande mosaico com, aproximadamente, 4.280.197 hectares ou 30% da extensão do Estado. É aqui que, nos últimos anos, iniciativas inovadoras de sustentabilidade socioambiental têm sido desenvolvidas por indígenas, comunidades das reservas extrativistas, ribeirinhos e suas organizações de representação. Estes atores têm se articulado para o reconhecimento e vigilância de seus territórios coletivos e para o uso sustentável e a conservação dos recursos de suas florestas.

Mas, em ambos os lados da fronteira existem ameaças à integridade desses territórios e aos modos de vida dos povos indígenas e das populações tradicionais, inclusive dos povos em isolamento voluntário. Ameaças estas que estão sendo potencializadas pelos grandes projetos de infra-estrutura previstos nas agendas dos governos dos dois países que buscam desenvolvimento econômico e integração regional, como estradas e prospecção de petróleo e gás, e por atividades ilícitas e ilegais, como exploração clandestina de madeira, extração predatória de minerais e tráfico de drogas.

No Peru, a partir do ano 2000, a nova Lei Florestal e de Fauna Silvestre (Lei 2738) permitiu a criação dos “Bosques de producción permanente”, áreas de domínio do Estado destinadas exclusivamente ao manejo florestal. Nelas, se definiram as Unidades de Aproveitamento, grandes áreas de floresta destinadas à retirada de madeira que, por meio de licitação, foram entregues à empresas e pessoas físicas em forma de concessões por 40 anos. Segundo o Instituto Del Bien Comum – IBC, há concessões que chegam a 50.000 has. Acontece, porém, que esta legalidade contribui muito para a retirada ilegal de madeira da região, tornando-se um verdadeiro caos para as populações indígenas.

O grande problema desse “retalhamento” da Amazônia peruana em forma de concessões florestais foi ge-

rado pela prática comum dos governos dos países amazônicos, de criar políticas para a região com objetivos puramente econômicos. A intenção é retirar os recursos naturais não renováveis e construir grandes obras (IIRSA), sem considerar os impactos negativos que causam e, pior, sem conhecer as demandas e/ou realidades locais. No caso peruano, sem o “conhecimento” da existência de comunidades nativas e de populações de índios isolados.

É a partir dos impactos socioambientais que já vem acontecendo com o início de algumas obras e da constatação de suas intencionalidades, que começam a tomar corpo os sérios conflitos na faixa de fronteira Acre/Ucayali. Um dos mais assustadores é quando estas invasões ultrapassam os limites transfronteiriços, se adentram no território brasileiro, mais propriamente na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e no Parque Nacional Serra do Divisor, e ocasionam a extração ilegal de madeira.

Articulação e intercâmbio: estratégias políticas dos povos indígenas e populações tradicionais

A Comissão Pró-Índio do Acre, por meio do seu mais recente programa de Políticas Públicas e Articulação Regional, vem trabalhando, nos últimos anos, para o fortalecimento das políticas de proteção aos índios isolados, dos povos e movimentos indígenas para a proteção e conservação da biodiversidade da fronteira Acre-Ucayali e para sua participação qualificada em espaços públicos. Também, o fortalecimento da rede de articulação entre as organizações indígenas e populações tradicionais para troca de informações e, com isso, subsidiar estratégias e ações conjuntas que influenciem nas políticas públicas, são focos deste trabalho.

Organizamos, produzimos e divulgamos documentos com informações e dados sobre a fronteira entre Brasil e Peru que, além de dar visibilidade, mostram a área de atuação institucional. Os encontros e reuniões que se realizam com representantes do movimento social do Brasil e do Peru, através do Grupo de Trabalho Transfronteiriço, o GTT, desde 2005, vêm contribuindo para a troca e atualização de informações sobre as políticas públicas, as negociações dos governos peruano e brasileiro nos projetos de infra-estrutura e sobre as atividades econômicas legais e ilegais em curso na região da fronteira. Também, temos proporcionado informações a partir dos relatos das comunidades locais sobre os impactos negativos desses processos.

Por conta da minha participação no Seminário de Experiências de Pesquisa, Registro e Gestão Cultural da Comunidade Indígena e Tradicional do Alto Juruá, realizado no Centro Yorenka Ætame no município de Marechal Thaumaturgo, nos dias 29 e 31 de mar-

ço, ouvi importantes experiências de trabalhos, registros e pesquisas sobre os conhecimentos que as populações do Juruá possuem com relação ao uso e manejo dos recursos naturais. Experiências e conhecimentos que, ao mesmo tempo, garantem sua sobrevivência e prestam importantes serviços ambientais à humanidade.

O Seminário, que reuniu seringueiros e indígenas, foi, da mesma forma que tantos outros encontros, um importante e eficiente intercâmbio de idéias e sonhos: estabelecimento de parcerias para um pensamento coletivo, reafirmação da importância da relação com o meio ambiente por quem mora na floresta e dela subsiste espiritualmente e economicamente, e manutenção do trabalho que potencializa a floresta com vistas à sustentação e permanência das futuras gerações.

Nesta reunião encontro mais uma vez o meu amigo Edwin Chota, liderança Ashaninka da comunidade Saweto do Alto Tamaya, afluente do rio Ucayali, sempre que pode visita a comunidade Apiwtxa, segundo ele é uma forma de conseguir força interior. Que do lado peruano da fronteira, tem sido a meu ver, símbolo de resistência contra toda uma política econômica de extração madeireira, de forma solitária, aos poucos vem ampliando sua rede de aliados em prol da titulação da sua terra.

Também conversei com Isaac e Benk Piyanko, lideranças Ashaninka que desempenham papel importante na articulação em defesa de uma política socioambiental para a região. O povo Ashaninka do Amônia, desde 2004, vem utilizando diversas estratégias para proteção do seu território. Foram eles que, por sentirem diretamente os im-

pactos das invasões de madeireiros em vários pontos de sua Terra, chamaram a atenção do mundo para os problemas da fronteira.

Numa conversa que tivemos durante o Seminário Edwin, Isaac e Benk me contam seus pontos de vista sobre os acontecimentos na fronteira Acre e Ucayali. Alguns, tenho o prazer de apresentar.

Edwin Chota:

A comunidade de Saweto representa uma história que estamos levando desde 2002 quando começamos a nos organizar contra a exploração madeireira. Nesse ano, quando nos organizamos por causa da Lei Florestal que cedeu concessões em quase toda a floresta amazônica do Peru, iniciamos a articulação a nível regional na província de Coronel Portillo. Antes, não tinham conhecimento que havia Ashaninka na região do Tamaya, quando saímos para o pedido de reconhecimento ficamos assombrados, duvidando da nossa existência.

Depois de muitas perguntas da polícia sobre quem sou eu, de onde eu vim, o que faço, é que entendemos que, por trás disso, politicamente, estávamos fazendo frente a uma ação do Estado. Só depois de muito insistir é que conseguimos a primeira reunião com representantes do Ministério da Agricultura. Desde então, iniciamos a articulação e começamos o trabalho com o governo. Nesse momento tivemos o reconhecimento e começamos a denunciar a tala ilegal e indiscriminada de madeira em nossa região. Era um desastre total, houve saque de cedro e mogno.

Começamos a denunciar, cada vez chegavam mais pessoas, as autoridades não acreditavam. Só depois de muita denúncia, a Defensoria Del Pueblo, instalou seu escritório na cidade de Pucallpa. Foi quando vimos uma luz. Apesar do Instituto Nacional de Recursos Naturais (INRENA) falar que não podiam fazer mais nada, pois a região estava toda concessionada, a Defensoria Del Pueblo falou do nosso direito à terra. Mas, foi só em 2005 que saiu a resolução para o reconhecimento do Alto Tamaya. Com relação a titulação, não tivemos mais resposta. Saweto está reconhecida desde 2003, mas estamos entre as 180 comunidades da região amazônica que precisam de titulação.

Iniciamos essa luta com 36 famílias e, atualmente, somos 20 famílias agüentando toda essa força negativa das madeireiras contra nós. Muitas comunidades foram iludidas e convencidas a sair de suas casas para trabalhar para elas. Infelizmente, por um pedaço de sabão, cartucho e sal enganam as famílias e, como não há outras alternativas, as pessoas aceitam o trabalho, levam seus filhos e deixam suas casas. Essas famílias se encontram espalhadas na bacia do Tamaya.

Suas organizações comunitárias estão muito frágeis, a maioria das lideranças está a favor das madeireiras. É lamentável mas, não podemos impedir sem apresentar outra alternativa. Por isso estamos buscando apoio, para nos capacitar e poder sensibilizar nosso povo e continuar enfrentando a retirada indiscriminada de madeira em nossa região.

Foi no início da articulação binacional Peru e Brasil que nos aproximamos da Apiwtxa e, nos encontros do Grupo de Trabalho Transfronteiriço, foram discutidas todas essas questões. Aí saíram recomendações para os governos e demandas para as populações indígenas. Gostaria que dessem continuidade ao trabalho que iniciamos e que respeitem nossas idéias. Precisamos entender qual é o conhecimento que os governos têm sobre os povos indígenas, principalmente os que vivem na fronteira. Parece que não dão valor ao nosso trabalho, nem respeito ao pensamento do povo que, de dentro da sua cultura pode pensar alternativas que não sejam só a economia da madeira.

Estamos sendo fortes para resistir ao trabalho da madeira, por isso que estamos aqui na Apiwtxa e na Yoreka Ætame, por que nos dá força ver a experiência deles.

Queremos uma solução para nosso território, nossa cultura está em perigo, vendo as crianças hoje, não encontro um futuro melhor para elas, por isso queremos estabelecer um plano de vida. Esse plano ainda não existe na cabeça dos meus parentes. Mas, se existisse algum projeto que nos facilitasse tanto como vemos do lado brasileiro, se tiver uma instituição com esforço e vontade de nos ajudar a encontrar uma saída, não vamos desaparecer no tempo, nossa luta é para impedir a destruição da nossa floresta.

Isaac Pianko:

A experiência de trabalhar com o manejo florestal dentro de uma aldeia, não dá certo. No caso de Sawawo, a empresa tinha o compromisso de prestar assistência à comunidade e não deu. Ficou dentro da terra indígena, com um plano de manejo gerenciado por ela e usando a comunidade. Uma comunidade indígena tem a concepção de mundo totalmente diferente e essa forma de ver o mundo foi jogado fora por um milhão de soles. Isso deixou Sawawo muito impactada na floresta e nas pessoas. Percebemos a diferença quando nós, primos, irmãos, do mesmo povo, fomos recebidos como estranhos. Percebemos que estavam sendo manipulados.

Quando Sawawo iniciou o trabalho, a empresa logo planejou outra comunidade para continuar a exploração madeireira do outro lado do rio Amônia. As famílias de Sawawo tentaram habitar, mas a empresa percebeu que seria problema por causa da nossa interferência. Então, colocou Ashaninka de outras regiões do Peru e criaram outra Comunidade Nativa, que é a “Shawaya”.

O selo verde, por causa da Sawawo, pode se tornar uma mentira. As pessoas que compram o seu produto não sabem que ele está matando uma população que possui conhecimentos importantes para a humanidade. Não se trata apenas de uma árvore de mogno. A desestruturação cultural de um povo é o fim de um conhecimento milenar, não tem dinheiro que pague.

Benk Ashaninka:

As famílias criaram uma grande dependência com a empresa. Agora que ela saiu, ficaram desorientadas, pensam que só é possível sobreviver com a ilusão do mundo de fora. Abandonando o seu território vão seguindo a empresa ou vão para o município. Sete famílias migraram para nossa comunidade e estão com a impressão de que não vão sobreviver na sua própria região. Mas, estão enganadas, observei que a natureza conseguiu se recuperar e, mesmo não tendo mais cedro e mogno, ainda tem muita riqueza em Sawawo.

Em 2010, a Forestal Venao saiu da região para evitar créditos a sua imagem. Mas, Edwin informa que a empresa está voltando para o Alto Juruá, bem ao lado da Terra Indígena Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu, a pedido de algumas comunidades. Na verdade, é mais uma estratégia de marketing e quem vê de longe, pensa se tratar de “uma demanda comunitária”.

Quanto às ações governamentais, há uma grande contradição. Ao mesmo tempo em os governos participam dos grandes debates mundiais relacionados à mudanças climáticas, aquecimento global, etc., as políticas econômicas adotadas pelos Estados latino-americanos na Amazônia desconsideram por completo a rica biodiversidade e a participação das populações locais ao implementar seus empreendimentos de desenvolvimento econômico.

Incorporar um pouco do espírito indígena e das populações tradicionais ajuda a nós, não-índios, a mudar nossa forma de entender o desenvolvimento nos diversos pontos de vista e interesses, de quem e para quem. Em tempos de tantos desastres naturais, como enchentes, secas, tempestades, provocados pelos impactos do uso indiscriminado dos recursos naturais, seria salutar construir um relacionamento positivo com a floresta.

* Coordenadora executiva da CPI/AC